

Sarney diz que

E revela a sindicalistas que

ADAU TO CRUZ

CORRICO BRAZILIENSE • 7 MAR 1986 ECONOMIA

joga tudo no pacote

êxito só poderá ser avaliado em 30 dias

O presidente José Sarney disse ontem em audiência a oito presidentes de confederações nacionais de trabalhadores que está "jogando tudo" no sucesso do plano de estabilização da economia, mas que será precisó um prazo de 30 dias para avaliar seu êxito. Os dirigentes sindicais saíram otimistas, pois o Presidente autorizou o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto — que também participou do encontro — a prosseguirmos entendimentos com a área econômica sobre suas reivindicações, como a garantia no emprego.

Sarney só mostrou objeções — segundo relato do presidente da Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, Wilson Moura — a uma das reivindicações, que pede uma correção maior para o salário mínimo, passando de Cz\$ 800 para Cz\$ 1.084. O Presidente respondeu que fixou o salário mínimo em nível acima do que encontrou ao assumir o Governo, afirmando que ele valia US\$ 32 e passará a valer US\$ 57.

Os dirigentes afirmaram que o Presidente alimentou esperanças de atendimento das outras reivindicações, remetendo-as a Pazzianotto. Estes pleitos são, além da criação de dispositivos legais proibindo as demissões imotivadas, a redução do percentual de correção automática dos salários de 20% para cinco por cento da inflação, o aumento do valor e da abrangência do seguro-desemprego, a não-redução do salário nominal para os trabalhadores que tiveram reajuste em janeiro e fevereiro, e a alteração no cálculo do salário médio, incluindo neste o IPCA de fevereiro. Na avaliação dos sindicalistas, a redução da escala móvel para dez por cento de inflação parece ser uma das reivindicações mais bem aceitas.

Durante a audiência, o presidente Sarney afirmou sentir-se

gratificado com a reação popular ao pacote e mostrou um otimismo "impressionante", segundo relato do presidente da Confederação dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Orlando Coutinho. Sarney disse aos sindicalistas que é preciso encontrar mecanismos para não "esgarçar" e estabilidade social, já que dela depende a estabilidade econômica e política.

— Acabou a era da especulação financeira — afirmou o Presidente aos dirigentes —, acrescentando acreditar firmemente no sucesso do plano.

Indagado também sobre a necessidade do tabelamento dos juros, Sarney afirmou que está havendo uma acomodação do mercado financeiro e, tão logo a situação chegue ao normal, o problema será examinado. Ele assegurou que, se as taxas se acentuarem, o Governo intervirá para controlar. O Presidente ouviu atentamente todas as reivindicações e chegou a tomar nota sobre a questão referente à perda de salário nominal dos trabalhadores que tiveram reajuste em janeiro e fevereiro.

Após a audiência, os dirigentes — quatro deles filiados à Conclat — reuniram-se com o ministro do Trabalho numa sala para acertar os entendimentos sobre suas reivindicações. Estiveram presentes, além de Moura e Coutinho, os presidentes das Confederações dos Trabalhadores na Indústria, José Ramos; dos Trabalhadores no Comércio, Antônio de Almeida; dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, José Alceu Câmara Portocarrero; dos Profissionais Liberais, Carlos Falkember; dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, Miguel Abrão; e dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aloysio Ribeiro. O único a não comparecer foi o presidente da Contag, José Francisco da Silva.

Congelamento é à vista

O secretário-geral da Sepplan, Andrea Sandro Calabi, disse ontem à noite que a nova redação do Decreto-lei 2283, que sairá segunda-feira, vai determinar que o congelamento dos preços do fornecedor para o varejista será feito ao nível à vista, e não ao nível que incorpora custo de faturamento em mais de 30 dias. Nesse caso, que envolve aperfeiçoamento do artigo 36, o Governo vai expurgar desses preços no atacado a previsão de inflação embutida pelos empresários. Só então, eles serão congelados, ao nível de 27 de fevereiro.

Após anunciar esse importante aspecto do Decreto-lei, Calabi disse que o Governo

não vai aceitar a proposta do PMDB de escala móvel com reposição na faixa dos 10 por cento. "Os 20 por cento têm que ser preservados. O percentual da escala só poderá ser baixado, quando a inflação cair mesmo", comentou o secretário-geral da Sepplan.

Calabi informou também que as dívidas a vencer das empresas estatais com empreiteiros e fornecedores serão convertidas em cruzados, na data de seu vencimento. No caso de dívidas, devidas e vencidas, o procedimento será diferente: a atualização foi feita em 28 de fevereiro, e os cruzelros convertidos em cruzados. Essas eram dívidas com cláusula de correção monetária.